

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.839.841 - SP (2019/0285969-1)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : **JOSÉ DO NASCIMENTO SEVERO**
ADVOGADOS : **FLÁVIO BIANCHINI DE QUADROS E OUTRO(S)** - SP220411
JOSIEL VACISKI BARBOSA - SP191692
RECORRIDO : **ECONOMUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL**
ADVOGADOS : **ROBERTO EIRAS MESSINA** - SP084267
LUÍS FERNANDO FEOLA LENCIONI - SP113806
RODRIGO DE JESUS JAIME RODRIGUES E OUTRO(S) - SP212433
CAROLINE PEREIRA CONCEIÇÃO - SP424357
RECORRIDO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **MARISE BERALDES SILVA DIAS ARROYO E OUTRO(S)** - SP058976
CARLOS NEY PEREIRA GURGEL - SP319930
HERMINIA ELVIRA LOI YASUTOMI - SP125593

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1022 DO CPC. NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 211/STJ E 282/STF. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL COM INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA 284/STF. DIVERGÊNCIA COM JULGADOS NO MESMO TRIBUNAL. NÃO CABIMENTO

1. Ação de cobrança.
2. Ausência de violação do artigo 1.022 do CPC, haja vista que o Tribunal de origem apreciou a questão deduzida pela recorrente.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
4. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, impede o conhecimento do recurso especial.
5. Apreciada a questão pelo Tribunal de origem no mesmo sentido em que defendido pelo recorrente, ausente se encontra o interesse de recorrer.
6. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
7. Não se conhece do recurso especial quando ausente a indicação expressa do dispositivo legal a que se teria dado interpretação divergente.
8. A divergência entre julgados do mesmo Tribunal não enseja recurso especial.
9. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto por JOSÉ DO NASCIMENTO SEVERO, contra decisão interlocutória que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Recurso Especial interposto em: 25/04/2019.

Processo distribuído ao Gabinete em: 23/09/2019.

Ação: de cobrança ajuizada por JOSÉ DO NASCIMENTO SEVERO, em face do ECONOMUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL e BANCO DO BRASIL S/A, na qual requer a inclusão de verbas trabalhistas ainda em discussão na Justiça do Trabalho ao cálculo de sua suplementação de aposentadoria.

Sentença: julgou improcedente o pedido formulado na petição inicial do recorrente.

Acórdão: negou provimento à apelação interposta pelo recorrente, nos termos da seguinte ementa:

Apelação. Ação de cobrança. Previdência privada complementar. Suplementação da previdência. Alteração das verbas salariais através de ação trabalhista ainda não transitada em julgado. Pedido de complementação das verbas pelo Patrocinador e posterior recálculo da suplementação pela administradora. Impossibilidade ante a opção pelo saldamento do benefício. Precedentes desse Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo. Sentença mantida. Honorários majorados.

RECURSO DESPROVIDO (e-STJ fl. 1369).

Embargos de Declaração: opostos pelo recorrente, foram esses rejeitados (e-STJ fls. 1397/1404).

Recurso Especial: o recorrente, em suas razões recursais, alega negativa de vigência ao art. 1022, II, do CPC, aduzindo, em síntese, que o Tribunal de origem teria deixado de se manifestar acerca da questão deduzida em seus aclaratórios.

Assinala, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 368, 369, 423 e 424 do CC; art. 17 do CPC e art. 28 da Lei n. 8.212/91.

Superior Tribunal de Justiça

Sustenta que existe previsão no regulamento do recorrente que permite incluir as horas extras e demais verbas salariais na elaboração do cálculo do benefício, pelo que é possível aplicar a modulação prevista no REsp n. 137.091/RJ, ao presente caso.

Alega, ainda, que desde que seja recomposto o custeio do plano, será possível e viável a revisão do benefício, o qual poderá ser feito na liquidação de sentença. Aduz, ainda, que o saldamento não abrange a verba ora pretendida, visto que o valor da quitação é relativo.

Afirma, também, que o Banco do Brasil é parte legítima para figurar no polo passivo da ação, visto que a hipótese dos autos trata de falta pagamento em termos adequados da remuneração devida ao trabalhador durante a vigência da relação empregatícia.

Assere, igualmente, que as horas extras possuem natureza salarial, pois resta incontroverso no acórdão recorrido que existe a sua previsão no Regulamento do Economus, devendo, portanto, ser integralizada todas as verbas salariais obtidas na reclamatória trabalhista.

Defende, por fim, que o fato de o recorrente ter aderido ao PrevMais e ter sido efetuado o saldamento do plano de benefício definido, este não impede a discussão acerca do salário-real-de-benefício do plano anterior; e que o fato de o Banco do Brasil não ter pago as verbas devidas, não pode ser motivo para o não pagamento em razão da ausência de custeio, o qual pode ser feito na liquidação da sentença.

RELATADO O PROCESSO. DECIDE-SE.

- *Julgamento:* CPC/2015.

- *Da violação do art. 1.022, II, do CPC*

É firme a jurisprudência nesta Corte, no sentido de que não há ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 quando o Tribunal de origem, aplicando o direito que entende cabível à hipótese, soluciona integralmente a controvérsia submetida à sua apreciação, ainda que de forma diversa daquela pretendida pela parte. A propósito, confira-se: AgInt nos EDcl no AREsp 1.094.857/SC, 3ª

Superior Tribunal de Justiça

Turma, DJe de 02/02/2018 e AgInt no AREsp 1.089.677/AM, 4ª Turma, DJe de 16/02/2018.

No particular, verifica-se que o acórdão *a quo* decidiu, acerca da questão tida como omissa pela recorrente, conforme se observa do trecho do acórdão a seguir:

No caso em testilha, já foram esclarecidas, no acórdão embargado, as razões pelas quais o recurso de apelação interposto pelo Embargante não comporta provimento, especialmente, por ter se caracterizado a quitação quando do saldamento do benefício anuído pelo Embargante, encerrando ato jurídico perfeito.

Dessa forma, ainda que o Embargante obtenha sucesso em seu intento trabalhista, é certo que, em vista da fundamentação constante do acórdão ora embargado, o resultado não seria apto a modular a suplementação previdenciária nos termos do quanto disposto na decisão proferida pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça no Resp 1.312.736/RS.

Insta ressaltar que a matéria apresentada no recurso foi devidamente enfrentada no acórdão embargado. Senão, vejamos:

"No caso dos autos, é incontroverso que por força de provimento jurisdicional emanado de sentença prolatada pela Justiça do Trabalho, serão concedidas ao Apelante diferenças salariais e seus reflexos, sem que o patrocinador tenha realizado o pagamento das contribuições devidas por essas alterações.

Superadas as preliminares, em que pese o inconformismo do Apelante, com exceção da constatação da legitimidade passiva do Banco do Brasil, a sentença de primeiro grau não merece qualquer reparo.

Isto, porque, em 2006, o apelante firmou com a apelada Economus termo de adesão ao saldamento e ao Prevmais, pelo qual, de forma irretratável e irrevogável, solicitou a adesão ao saldamento dos benefícios estruturados na modalidade de benefício definido, conforme o artigo 58 do Regulamento Geral da Economus, solicitando, ainda, sua inscrição no plano de benefício na modalidade contribuição variável, denominado PREVMAIS.

Na adesão ao benefício em apreço, foi realizado cálculo para o saldamento, com base no salário -real -de -participação dos últimos doze meses anteriores ao saldamento.

De fato, eventuais verbas salariais que venham a ser recebidos pelo Apelante em razão de reclamação trabalhista poderiam ser utilizados no cálculo em apreço, porém, tendo o Apelante anuído ao saldamento do benefício, com as verbas salariais discutidas ainda não incorporadas, é mister convir que o saldamento tem caráter de quitação, encerrando ato jurídico perfeito.

Igualmente, não se justifica a suspensão do feito, pois, ainda que o Apelante obtenha sucesso em seu intento trabalhista, é certo que, em vista da fundamentação supradisposta, o resultado não seria apto a modular a suplementação previdenciária em testilha (e-STJ fls. 1401/1402).

Assim, observado o entendimento dominante desta Corte acerca do tema, não há que se falar em violação do art. 1.022 do CPC/2015, incidindo, quanto ao ponto, a Súmula 568/STJ.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 368, 369, 423 e 424 do CC, bem como das teses defendidas pelo recorrente, apesar da oposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

Quanto à suposta violação do art. 28 da Lei n. 8.212/91, não houve qualquer manifestação acerca do conteúdo nele inserto pelo Tribunal de origem, restando ausente o prequestionamento. Incide a Súmula 282/STF.

- Da ausência de interesse recursal

O recorrente, em suas razões recursais, defende a violação do art. 17 do CPC, aduzindo que o Banco do Brasil S/A seria parte legítima para figurar no polo passivo da ação. Acontece, que não assiste interesse recursal neste ponto, haja vista que o Tribunal de origem teria reconhecido a legitimidade passiva da instituição financeira.

- Da divergência jurisprudencial

O recurso também não pode ser conhecido pela alínea "c" do permissivo constitucional, quando o dissídio não é apresentado adequadamente, em razão da ausência de cotejo analítico entre os julgados recorrido e paradigmas.

A falta de indicação do dispositivo legal sobre o qual recai a divergência inviabiliza a análise do dissídio. Aplicação da Súmula 284/STF. Nesse sentido: AgRg no REsp 1579618/PR, 3ª Turma, DJe de 01/07/2016; AgRg no RESP 1283930/SC, 4ª Turma, DJe de 14/06/2016; e, AgRg no REsp 1.346.588/DF, Corte Especial, DJe de 17/03/2014.

Ademais, o recorrente para demonstrar o dissídio indica julgados do mesmo Tribunal prolator do acórdão recorrido, o que não é permitido nos

Superior Tribunal de Justiça

termos da Súmula 13 desta Corte.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em R\$ 2.000,00 (e-STJ fl. 1374) para R\$ 2.200,00.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora